



ENCONTRO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA AMAZÔNIA

com a Presidência da

COP30



Organização:



Apoio:





A Ciência e os Saberes da Amazônia no mutirão do clima

A Conferência da Cúpula da Terra (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro, marcou a inserção do Brasil, de suas instituições e sociedade civil no debate internacional sobre meio ambiente e no processo de formulação e implementação dos Acordos dela resultantes.

Em 2025, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) será sediada na maior floresta tropical do planeta. Trata-se de uma oportunidade histórica para consolidar compromissos ambientais, sociais, políticos, culturais, econômicos e éticos que reconheçam a centralidade da Amazônia, de suas populações e instituições. A Amazônia deve ser considerada como espaço a ser protegido e como protagonista dos esforços coletivos locais, nacionais e globais no grande mutirão pela implementação do Acordo de Paris, convocado pela Presidência brasileira.

Este Encontro da Comunidade Científica e Tecnológica da Amazônia com a Presidência da COP30 tem como objetivo apresentar uma amostra da vasta produção de conhecimento e inovação na região. Esse conhecimento, aliado aos saberes tradicionais, é essencial para enfrentar a crise climática e garantir justiça socioambiental e desenvolvimento sustentável para a Amazônia, o Brasil e o Mundo.

A Amazônia Legal detém 405 unidades interiorizadas de instituições de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Tecnológico (mapas em anexo) e 655 cursos de pós-graduação. Essas estruturas consolidadas ao longo de décadas, têm desempenhado um papel fundamental na produção de diagnósticos e no desenvolvimento de soluções de alta qualidade e efetividade para enfrentar as desigualdades sociais, promover o uso sustentável dos recursos naturais e reverter a rota predatória do atual modelo de desenvolvimento. Todos os anos, mais de cem mil profissionais de nível superior tecnológicos se formam na região. No entanto, grande parte, cerca de 60% das



inserção no mercado de trabalho, devido a baixa oferta de oportunidades de emprego em cadeias econômicas sustentáveis. Esse cenário evidencia a urgência de alinhar formação, pesquisa e inovação com políticas públicas e investimentos que fortaleçam economias inclusivas e de baixo impacto ambiental.

A partir dos seis eixos e dos trinta objetivos da Agenda de Ação proposta pela Presidência da COP30, foram mapeadas tecnologias, soluções e pesquisas geradas pelas instituições amazônicas disponíveis à implementação, apresentadas na sequência desta carta. Muitas delas foram desenvolvidas em estreita colaboração com comunidades locais, setores produtivos e a sociedade civil, respondendo a problemas concretos e explorando oportunidades específicas dos territórios. Este conhecimento representa um ativo singular e estratégico do Brasil para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Ele oferece respostas integradas, fundamentadas em ciência e em saberes locais, e está plenamente alinhado aos compromissos da NDC brasileira, reforçando a centralidade da Amazônia no enfrentamento da crise climática global.

Esta é uma síntese das inúmeras soluções elencadas. A mensagem trazida aos organizadores nacionais da Conferência, aos negociadores, à sociedade brasileira e à comunidade internacional, é clara: os investimentos públicos aplicados na Ciência amazônica geraram um ativo estratégico, indispensável para a Agenda de Ação da Amazônia, do Brasil e do mundo.

O documento apresentado é fruto de consulta a mais de 70 instituições regionais. Ontem, mais de 200 representantes destas instituições e sociedade civil reuniram-se para compartilhar os conhecimentos e informações que subsidiaram a construção deste documento e propor avanços futuros. Essa mobilização expressa o engajamento social das instituições amazônicas. Trata-se de um esforço coletivo essencial para ampliar o alcance das políticas de transformação ecológica, contribuir para uma tradução amazônica da Nova Indústria Brasil (NIB Amazônia), fortalecer iniciativas de inovação socioambiental dos agentes econômicos, apoiar a gestão pública local e potencializar a ação da sociedade como um todo.

As visões de desenvolvimento na Amazônia dialogam com cosmologias diversas, para



além do conceito dominante ocidental de progresso que privilegia a acumulação de capital em detrimento da natureza. Isto se traduz na profusão de territorialidades culturais, econômicas, sociais e de conhecimentos, que se retroalimentam no diálogo entre as instituições acadêmicas e os saberes tradicionais.

Não basta manter a floresta em pé e ter um grande contingente das populações vivendo em condições indignas nas periferias das cidades. Justiça climática significa vida digna aos que vivem na floresta e nas zonas urbanas da Amazônia Legal e do país. A eliminação das assimetrias regionais e intra-regionais exige o impulsionamento da descarbonização da economia. Essa mudança estrutural deve estar alicerçada em soluções articuladas de infraestrutura e de transição energética, com investimentos em educação, saúde humana, segurança alimentar e nutricional, saneamento urbano e rural, entre outras providências que promovam a prosperidade, melhoria da qualidade de vida e equilíbrio ambiental.

Uma premissa importante para o desenvolvimento inclusivo e compartilhado da Amazônia é que seja conduzido e liderado por suas populações, pelos setores econômicos e instituições locais. A implementação da política de clima do país deve impulsionar a disseminação de inovações produtivas, de cidades sustentáveis, da infraestrutura verde e do bem-estar das populações urbanas e povos do campo, floresta e águas que ao longo dos séculos garantiram a conformação da sociobiodiversidade.

Reafirma-se a importância da Ciência produzida na Amazônia para otimizar os sistemas produtivos sustentáveis, conservar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos e garantir os meios de vida historicamente eficientes.

É imprescindível que as pesquisas recebam investimentos adequados e contínuos de forma a ampliar seu impacto socioeconômico e ambiental. Nesse cenário os cientistas da região atuam em redes produtivas locais, transformando biodiversidade em prosperidade, sem romper com os modos de vida e com as dinâmicas culturais e ecológicas dos territórios. Ressalta-se que o “custo Amazônia” deve ser devidamente considerado nos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação e na formação de





estudantes na região.

A contribuição da Ciência Amazônica já expressa nas tecnologias disponíveis e com enorme potencial de crescimento é necessária para as soluções sistêmicas globais, e por isso, ressaltamos a importância da participação de atores amazônicos nos fóruns de governança internacional sobre as mudanças climáticas, pautando desafios e soluções da maior floresta tropical do mundo.

O marco desta ação está no esforço de concertação de ações interinstitucionais e inter-redes, mostrando que juntas, as instituições amazônicas, públicas e privadas, têm capacidade de acelerar soluções e liderar processos de cooperação científica e tecnológica em escala pan-amazônica, no Sul Global e com parcerias estratégicas em todos os continentes. A comunidade científica da Amazônia está preparada para contribuir ativamente para a aceleração do Acordo de Paris.

Este documento foi elaborado pela comissão formada pelas Universidades Federais e Estaduais públicas, Institutos de Ciência e Tecnologia do MCTI (INPA e Museu Goeldi), Embrapa, Institutos Federais, Fiocruz e Instituto Evandro Chagas, com apoio do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), da Secretaria de Relações Institucionais (SRI/ Presidência da República).

Encaminha-se a presente contribuição às Vossas Excelências: Presidente da COP30 no Brasil, Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, Primeira Dama Janja Lula da Silva, Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação Luciana Santos; aos representantes do Governo brasileiro; aos Enviados (as) Especiais e às representantes da Amazônia no Comitê Científico da COP30 Dra. Ima Vieira e Dra. Tatiana de Sá.

As evidências, análises e recomendações apresentadas a seguir fortalecem a agenda comum de mitigação, adaptação e justiça climática, ressaltando o papel estratégico da Amazônia no equilíbrio climático global. Renova-se a disposição em dialogar e cooperar com a Agenda de Ação, de modo que o esforço coletivo possa transformar compromissos em ações concretas em benefício do planeta e das futuras gerações.